

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

IVONE MARIA ZANELATTO

RECURSOS DE AVALIAÇÃO ESCOLAR

MEDIANEIRA - PR

2008

RESUMO

O presente artigo refere-se a uma pesquisa de revisão bibliográfica de vários autores que abordam o tema da avaliação no âmbito escolar. Procuramos estabelecer parâmetros adotados por esses autores que visam adequar métodos e recursos que melhor qualifica a avaliação escolar.

Neste contexto, notamos que existe uma grande divergência de opiniões entre os próprios autores segundo que critérios avaliativos podem ser adotados no sistema escolar, pois eles são bem distintos, variáveis e específicos para cada ambiente escolar.

Palavra-chaves: métodos, recursos de avaliação.

ABSTRACT

This article refers to a bibliographic search review about several authors who wrote about the assessment within schools.

We traied to establish parameters used by these authors seeking to adapt methods and resources that best qualifies the school evaluation.

In this context, we noted that there is a great divergence of opinions among the authors about the assessment criteria adopted in the school system because they are very distinct, variables and specific for each school environment.

Key words: methods, evaluation resources, learning.

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Muito se tem falado e discutido sobre a avaliação escolar, mas pouco se tem entendido e chegado a conclusões específicas, já que é um assunto muito polêmico nos ambientes escolares. Sabemos que para termos uma escola e uma educação de qualidade precisamos trabalhar com processos avaliativos.

Desta forma, é preciso trabalhar com “os pés no chão”, para não ocorrer distorções nos processos avaliativos.

O que vem ocorrendo, na maioria das vezes, é que segundo HOFFMANN (2003, p. 11) “... a avaliação é uma tentativa de definição do significado primordial de sua prática educativa. Vários educadores notáveis e com formação diversa voltam sua atenção para o processo de avaliação educacional.”

Justamente devido à falta de esclarecimentos de alguns professores, a avaliação envolve-se em processo não muito bem específico que define a sua real importância no sistema educacional.

Assim sendo, é preciso verificar a que ponto os professores estão aptos a avaliar os alunos de acordo com as exigências pré-estabelecidas da nossa sociedade moderna, sabendo-se que os indivíduos precisam comunicar-se, argumentar, tomar e encontrar soluções para os problemas que eventualmente terão em suas vidas, de acordo com HOFFMANN (2003, p. 37) “a discussão direta desse tema encontra um forte complicador que se constitui na relação estreita estabelecida por professores, do tipo: “dar nota é avaliar”, “fazer prova é avaliar”.”

Assim, a avaliação precisa ser entendida pelo professor como um conjunto de ações que irá auxiliá-lo a refletir sobre as condições de aprendizagem oferecida no ambiente escolar e readequar quando necessário para atender às necessidades dos alunos. Também terá a condição de auxiliar o aluno no momento em que este está precisando de ajuda será um meio mais prático de se observar às dificuldades que o aluno ou a turma em geral está passando.

Atualmente, os critérios avaliativos no sistema educacional brasileiro são inúmeros e variáveis. Precisamos verificar quais os critérios mais eficientes usados pelos professores na avaliação de seus alunos, não esquecendo que estes não chegam na escola como uma “folha em branco”, devendo-se então considerar e

muito que já sabem para o professor prosseguir o seu trabalho, pois como sabemos, o processo avaliativo deve basear-se na qualidade do ensino e não na quantidade de conteúdos a serem ensinados.

As avaliações nas escolas públicas vêm se tornando cada vez mais difíceis devido o grande número de alunos que freqüentam a sala de aula. O professor enfrenta dificuldades de analisar os alunos, individualmente, para tentar suprir suas dificuldades e preferem avaliar atribuindo-lhes números, que por sua vez, não pecará tanto em sua árdua tarefa de avaliar.

Neste contexto, podemos afirmar que nas atuais condições do ensino nas escolas públicas em nosso país, infelizmente é motivo mais que suficiente para abrir brechas para a camada da população com maior poder de renda ir à procura de ensino em instituições particulares.

A finalidade, no entanto, visa descobrir formas e objetos que possam ser de importância suprema a todos, seja ela instituição, aluno e principalmente educador.

Se a classificação do núcleo é radical ou não, isto ainda continua em discussão nos corredores de todas as escolas em quase todos os municípios do Brasil.

LIBÂNEO (1994, p. 195) afirma que: “a avaliação é uma tarefa complexa que não se resume à realização de provas e atribuição de notas. A avaliação, assim, cumpre funções pedagógico – didáticas, de diagnóstico e de controle em relação às quais se recorre a instrumentos de verificação do rendimento escolar”.

Desta forma, é necessário leituras e levantamento de dados bibliográficos baseados em vários autores para a compreensão da avaliação escolar, mostrando a sua evolução no parâmetro escolar, discutindo os diversos modelos avaliativos existentes no sistema escolar brasileiro e analisar de fato, qual o modelo de avaliação mais eficaz para atender a conjuntura da educação brasileira.

A metodologia utilizada para a pesquisa caracterizou-se em uma pesquisa bibliográfica, de natureza descritiva e de cunho qualitativo.

Para a escola, a avaliação é uma meio primordial e necessária para formar cidadãos conscientes e justos para a melhoria de nossa sociedade.

Todas as leituras e informações contribuíram muito para nossa formação, pois somente assim pudemos nos inteirar da real situação que vem ocorrendo perante as avaliações escolares e as dificuldades enfrentadas pelos professores na hora de avaliar o aluno, pois sabemos que não é fácil a realidade docente perante a sociedade em que nos encontramos.

Para complementar é importante lembrar que o sonho de se melhorar a nossa sociedade permanece ainda nas dificuldades existentes no cotidiano escolar. Sem a educação e avaliação da mesma, dificilmente obteremos a sociedade dos nossos sonhos.

Pois segundo FREIRE, apud ALBUQUERQUE (2005, p. 07) “o sonho de um mundo melhor nasce nas entranhas de seu contrário”. Portanto é a partir de uma boa escola e do seu bom desenvolvimento pedagógico, que ocorrerá a melhoria social e a qualidade de vida com maior rapidez.

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

O presente artigo está relacionado com um dos grandes problemas ocorridos na educação brasileira pesquisa e discute qual seria a realidade das escolas brasileiras em relação à avaliação escolar. Portanto perguntamos – nos: Os professores atuantes em sala de aula estão aptos a avaliar seus alunos de forma correta, utilizando recursos variados e estão conseguindo atingir os objetivos propostos pelo planejamento escolar?

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Verificar quais os métodos e recursos mais adequados utilizados pelos professores para exercer uma avaliação escolar sem pecar em seus resultados.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Analisar se as condições escolares incluindo a estrutura física e pedagógica influenciam na formação de cidadãos pensantes e participativos.
- b) Investigar se a melhoria e qualificação do ensino no Brasil influenciam na resolução de problemas educacionais de nosso país.

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1 A EDUCAÇÃO ESCOLAR E SEUS DEVERES

A escola por muito tempo foi somente um objeto de manipulação para repassar os conceitos que fugiam da realidade, uma vez que se buscava manter a ordem social estabelecida. Ela, apesar de ainda possuir este caráter, também pode vir a ser um importante elemento transformador de cidadãos conscientes. Então, ela deveria ser pública e gratuita, mas segundo LIBÂNEO (1994, p. 35). “o poder público não tem cumprido suas responsabilidades na manutenção do ensino obrigatório e gratuito”, desta maneira, a escola deve ser o lugar onde possamos formar a sociedade que desejamos, contribuindo para a construção do senso crítico do aluno e que este participe das lutas sociais que são acentuadas devida as grandes diferenças sócias – econômicas.

De acordo com RIOS (1999, p. 30) a sociedade é o produto da ação recíproca dos homens que produzem as relações sociais no que diz respeito a sua produção material. Criam também as idéias e as categorias, isto é, as expressões ideais dessas mesmas relações. ”

Ao pretender lançar um olhar reflexivo sobre a educação, a descrição deve partir da situação do contexto social que envolve esta educação. Relacionar a educação brasileira à sociedade brasileira remete-nos a compreender que a mesma é organizada de um modo específico nos moldes do sistema capitalista, conferindo assim ao processo educativo uma visão da educação atrelada à cultura e sociedade.

A educação é transmissão de cultura. O conceito de cultura é um conceito chave a ser considerado ao se estabelecer à relação entre educação e sociedade, uma vez que ele está, de certo modo, contido nesses dois outros. Não há sociedade sem cultura, sem a referência a uma relação social. Então, cultura pode ser definida como “mundo transformado pelos homens”, sendo o homem um ser no mundo (RIOS, 1999).

A escola como transmissora de saber acumulado historicamente deve ser fonte de apropriação da herança social pelos que estão em seu interior. Entretanto, na realidade brasileira, é que essa apropriação não é transmitida à maioria. Pois, como nos afirma RIOS (1999, p. 37), a relação escola e sociedade devem ser

analisadas de modo crítico para que seja uma alavanca de mudança social: “dêem-nos uma escola boa e teremos a sociedade desejada”. Esta é a concepção de um determinado período da história da educação no Brasil e vive entre nós até os dias de hoje.

A educação deve ser um elemento de inserção de cultura na sociedade mostrando ao homem que a cultura é mais que o acúmulo de conhecimento, ela resulta das atividades e interferência do homem no mundo do qual faz parte, uma vez que o homem desenvolve a cultura através do trabalho, porque através dele, constrói o mundo em que vive.

A avaliação como ajudante no processo da educação é a fonte de incorporação da cultura nas organizações sociais transformando-há ao mesmo tempo.

A educação é também fundamental para a política, pois as instituições de ensino se destinam à construção de uma sociedade já que não há vida social sem que haja política.

Assim, se demonstra a importância do professor e do seu papel como elemento fundamental no processo avaliativo, um elemento que compreende e que tenha uma visão do mundo em que vive, fazendo com que o aluno enxergue sua realidade, seja crítico e cidadão.

A escola não é uma instituição neutra frente à realidade social. Temos de compreender a realidade na qual nos situamos para podermos clarear o grau de interferência e responsabilidade no meio.

Portanto, segundo RODRIGUES (1991), a escola necessária é aquela comprometida politicamente com esse processo, capaz de preparar o educando para esse conhecimento adquirido. Começando pelas práticas pedagógicas adaptadas para a formação de um cidadão crítico.

Ainda, segundo o mesmo autor, o que é fundamental na educação escolar, é que esta seja capaz de incorporar em seu processo pedagógico o desenvolvimento de ações de conhecimento que leve o indivíduo a conhecer o mundo, sendo sujeito capaz de agir neste mundo e de transformá-lo.

Para tanto, a avaliação assume papel de verificar como o conhecimento está se incorporando no educando, e como modificar a sua compreensão de mundo eleva sua capacidade de participar da realidade onde está vivendo. Além disso, a avaliação deve ser usada como um “termômetro” de verificação do conhecimento

adquirido, começando pelas práticas pedagógicas adaptadas para a formação de um cidadão crítico.

Surge, então, a necessidade de novas práticas didáticas adaptadas à nova realidade do ensino, com professores motivados e motivadores, e alunos criativos e inovadores.

O ensino tem como objetivo participar da sociedade, com seus benefícios prestados, não sendo mecanismos de manipulação ideológica que transfigura uma preocupação, por parte do governo e da burguesia, com o bem estar do povo NIDELCOFF (1987).

Os conceitos mais exigentes no processo de uma qualificação das escolas partem da investigação do aprendizado dos alunos. Se estiverem bem em conteúdos a escola é classificada como boa e bem preparada para qualificar os futuros cidadãos que governarão o país.

Para isso, é necessário indiscutivelmente, que os alunos e os professores passem por avaliações constantes para a garantia de um bom aprendizado e boa classificação no mundo moderno em que estamos vivendo.

3.1.1 Redefinindo a Intencionalidade da Avaliação

Segundo CERVI (IESDE, 2001 p. 381), o conceito de avaliação da aprendizagem tem evoluído muito e sensivelmente nos últimos anos. Ela era vista como sendo uma quantificação no processo de ensino e o que propostalmente o aluno tenha aprendido dentro do contexto escolar. Porém, atualmente ela está cada vez mais estabelecida com complexidade e amplitude. “É necessário e urgente derrubar as crenças e os mitos que inspiram a lógica do absurdo que rege o modelo da avaliação da aprendizagem, inclusive nas escolas brasileiras”.

A avaliação é uma tarefa necessária no trabalho docente para que o professor possa acompanhar o processo de ensino – aprendizagem. A partir desta avaliação o professor conseguirá comparar os seus objetivos propostos, a fim de constatar progressos, dificuldades e reorientar o trabalho para correções necessárias.

Segundo HOFFMANN (2003, p. 28):

“O significado primeiro e essencial da ação avaliativa mediadora é o “prestar muita atenção” na criança, jovem, eu diria “pegar no pé” desse aluno mesmo, insistindo em conhecê-lo melhor, em entender suas falhas, seus argumentos, teimando em conversar com ele em todos os momentos, ouvindo todas as suas perguntas, fazendo-lhe novas e

desafiadoras questões, “implicantes”, até, na busca de alternativas para uma ação educativa voltada para a autonomia moral e intelectual.”

Segundo PILETTI (2003), no processo educativo o aluno deve ser avaliado dia – a – dia, ou seja, não somente nos dias de provas ou trabalhos, mas sim a cada instante. Quando o professor ou educador precisa decidir aprovar ou reprovar um aluno, jamais deverá agir sobre a emoção, pressão e algo parecido.

Amparada na Lei n.º 9.394 / 96, a avaliação escolar é vista como sendo um rendimento do aprendizado do aluno, desta forma, a escola tem como competência avaliar o desempenho de seus alunos, sendo este com êxito ou com o fracasso.

Segundo PILETTI (2003) a LDB, artigo 24, inciso V, para a verificação da avaliação e rendimento escolar deve-se observar os seguintes critérios:

- a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
- b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
- c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;
- d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
- e) obrigatoriedade de estudos e recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos.

O que vem ocorrendo de fato, é que muitos professores ainda não definiram bem ao certo o significado do termo “avaliação”. O que está acontecendo então, é uma grande atribuição de notas numéricas relacionando a vários aspectos à vida social e escolar do aluno. Pode-se normalmente ocasionar a grande incoerência neste processo avaliativo devido o não levar em conta as atividades realizadas em sala de aula. Devemos ajudar nossos alunos a compreenderem o seu papel dentro da escola e perante a sociedade em que vive.

Portanto, LIBÂNEO apud LUCKESI (p. 196, 1994), “a avaliação é uma aprendizagem qualitativa sobre dados relevantes do processo de ensino e aprendizagem que auxilia o professor a tomar decisões sobre o seu trabalho”. Sendo assim, o trabalho de avaliar a aprendizagem não requer classificação, mas sim, qualificação, pois a escola tem como função primordial proporcionar aos seus alunos uma educação qualificada para que consigam relacionar-se em meio a sua

sociedade. Ao se ensinar uma grande quantidade de conteúdos para os alunos raramente se terá um aproveitamento da metade do ensinado.

Para o governo, é mais viável obter quantidade de alunos aprovados em seus índices escolares do que combater a falta de estrutura na aprendizagem, com maiores condições tanto físicas como pedagógicas. Então para que isto seja devidamente realizado, é preciso evitar a avaliação, já que em alguns casos os alunos não conseguem aprender.

ALBUQUERQUE (2005) afirma que com a educação quantitativa há maior ênfase nos resultados, pois assim, podem-se diferenciar as várias maneiras de estudos, não deixando os alunos somente com uma idéia, devemos generalizar os conteúdos para serem mais bem trabalhados.

Já a educação qualitativa está referindo-se a questões políticas e a objetividade é sempre relativa. É uma maneira se integrar à sociedade na história social do aluno, levando em consideração as diferentes classes sociais e os múltiplos olhares diante das situações mais variadas ocorrentes na vivência do aluno.

Sabemos que há alunos com dificuldades escolares e que estão dentro da escola para suprir estas deficiências. Não podemos ocultar a falta de interesse e atenção dos alunos, mas temos que identificar metodologias específicas para tratar com estes alunos, transformando-os em alunos interessados e conscientes nas suas dificuldades, portanto, assumir o papel de contornar a situação, melhorando o seu potencial e seus resultados. HOFFMANN (2003).

Um dos problemas mais agravantes da educação brasileira é o fracasso escolar que ocorre, na maioria das vezes, com as crianças mais pobres. Este fato evidencia a grande quantidade de reprovações principalmente nas séries iniciais do ensino fundamental.

Dados demonstram que a escola pública do Brasil não esta mais conseguindo segurar as crianças na rede de ensino, isto acarreta em trabalhos infantis e exclusão social. LIBÂNEO (1994).

Todos estes problemas da educação em nosso país tende a definir o processo como sendo um “fracasso”, pois não consegue suprir as finalidades da educação e explicar os motivos das evasões escolares. Estes são os motivos primordiais para que a sociedade brasileira sofra com a classificação e a exclusão.

Segundo PILETTI (2003, p.101), a reprovação de um aluno é um assunto muito complexo e que possui repercussões negativas não somente na vida escolar

como também na vida social do aluno. “Assim como o peso do fracasso e o estigma de repetente podem reduzir suas chances de aprendizagem, também sua personalidade pode ser afetada. Em consequência da reprovação o aluno pode desenvolver um autoconceito negativo que o leve a abandonar os estudos”.

Conforme afirma PENIN (IESDE, p 201. 2001), pela LBD 9394 / 96, a escola é obrigada a ser flexiva em sua organização, tornando obrigatória à recuperação dos alunos e institui a progressão continuada, sem prejuízo da avaliação da aprendizagem e da frequência às aulas.

É verídico quando dizemos que na escola particular a reprovação é menor por pressão da família que, por manter a entidade ou instituição, exigem a aprovação do filho de maneira repressiva e a qualificação dos professores para darem conta da qualidade do ensino que estão querendo para os seus filhos. O que não acontece na escola pública por questão de acomodação ou falta de conhecimento dos pais que acham a rede pública de ensino são todas iguais e os professores também, (PERRENOUD, 1990)

Na rede pública o aluno e a família não vêem o estudo como uma escada para o futuro, e sim como suporte para não ficarem analfabetos. Não acreditam que o estudo garanta uma melhor qualidade de vida. A visão de muitos cidadãos em relação à escola pública vem de muitos anos. Eles não acreditam que os professores, hoje, estão mais preparados, e o mercado de trabalho está cada vez mais competitivo.

Segundo PILLETI (2003), o professor precisa ter autonomia em sua sala de aula e ter as condições necessárias para realização do seu trabalho docente. Ele tem o dever de avaliar o aluno para torná-lo livre e independente, conseguindo pensar e decidir por conta própria as decisões a serem tomadas no decorrer de sua vida.

O que se percebe, é que o professor está trabalhando sob pressão, cercado de restrições e controles que inibem sua autonomia dentro do seu ambiente de trabalho. Isto torna muito difícil o trabalho concreto com os alunos, podendo até deixar de lado questões importantes a serem trabalhadas.

É preciso que o professor possa conquistar a possibilidade de realizações sérias sobre o seu trabalho, isto não significa que ele precise trabalhar isolado, mas que possa expor suas idéias e suas verdades sem ser recriminado.

Para LIBÂNEO (1994, p. 202), “a avaliação é um termômetro dos esforços do professor. Ao analisar os resultados do rendimento escolar dos alunos, obtém informações sobre o desenvolvimento do seu próprio trabalho.”

Avaliar o aluno é garantir o seu direito de aprender e resgatar o seu melhor futuro. É um ato pedagógico e que não pode ser estabelecido como uma discriminação social. Se tentarmos afastar o processo avaliativo nas instituições de ensino, estaremos formando uma futura sociedade sem condições de melhora para o nosso país.

A avaliação precisa cumprir ao menos três funções estratégicas instrumentais para que possa propiciar uma melhoria contínua e reforçar o processo do aprendizado permitindo que o aluno cresça e realize suas atividades. As funções fundamentais são: pedagógica – didática, de diagnóstico e de controle. LIBÂNEO (1994).

De acordo com o mesmo autor cada uma das funções possuem um papel muito importante no processo de avaliação:

A função pedagógica – didática está ligada diretamente com a questão em que a escola precisa cumprir de fato, todos os conteúdos, projetos e trabalhos em tempos determinados, que servirão de bagagem para os alunos enfrentarem as transformações ocorridas no mundo moderno. A proposta estabelecida para esta função tem como meta a contribuição com o aluno na melhora de assimilação e correção dos conteúdos a serem estudados, de maneira mais práticos, ágeis e concretos.

A função de diagnóstico possibilita a oportunidade de observação dos progressos e dificuldades que os alunos terão em relação ao ensino – aprendizagem e também do professor, que por sua vez, poderá modificar sua prática pedagógica para atender melhor a situação de ensino em que o seu aluno se encontra.

Para ALBUQUERQUE (2005, p. 57), a avaliação da aprendizagem na perspectiva diagnóstica, é fazer uma construção crítica do aprendizado do aluno. Foi e ainda é a avaliação mais realizada no processo e que se divulgou com maior rapidez na área didática e formação de professores e educadores. A autora conceitua o diagnóstico avaliativo, como “um juízo de valor sobre dos relevantes da realidade e, posteriormente, ampliou a conceituação para” “juízo de qualidade”.

Segundo afirmação de LIBÂNEO (1994 p. 197):

“Essas funções atuam de forma interdependente, não podendo ser consideradas isoladamente. A função pedagógica – didática está referida aos próprios objetivos do processo de ensino e diretamente vinculada às funções de diagnóstico e de controle. A

função diagnóstica se torna esvaziada se não estiver referida à função pedagógica – didática e se não for suprida de dados e alimentada pelo acompanhamento do processo de ensino que ocorre na função de controle.”

A avaliação escolar é a parte primordial no processo de ensino, devendo então, não ser vista como uma referência isolada. Pois, se o aluno consegue adquirir o conhecimento transmitido pelo professor em sala de aula, é lógico que na sua avaliação conseguirá atingir os objetivos necessários para que a mesma seja a mais correta e precisa possível. A finalidade maior da avaliação da aprendizagem é ajudar a escola a cumprir sua função social transformadora, ou seja, favorecer que os alunos possam aprender e se desenvolver, levando em conta o compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Além disso, a avaliação possibilita que a equipe pedagógica se revigore em seus planos de ensino e se atualize para que tragam os alunos a pensarem no mundo atual em que estão inseridos e a participarem ativamente nos processos e fazendo problemas que tiverem que enfrentar em sua vida durante o seu cotidiano.

O que esperamos é que através da avaliação, o professor possa ter elementos para ver qual o melhor caminho para ensinar e verificar como os alunos podem aprender melhor. Não importa a avaliação, o que queremos de fato, é aquela avaliação que irá ajudar o aluno a aprender e o professor a ensinar. Avaliar para ver se o tipo de trabalho que vem sendo feito está de fato atingindo os alunos, mesmo sendo ele positivo ou negativo.

Consideramos que a avaliação só tem sentido quando está voltada para a melhor formação da cidadania.

De acordo com CERVI (IESDE, 2001), ao se falar em avaliação, não podemos esquecer que ela está vinculada com os parâmetros de avaliação que rege o Sistema Educacional Brasileiro. Portanto, para os parâmetros, a avaliação pode ser normativa ou individualizada.

Segundo a mesma autora, (p. 382) “a avaliação normativa supõe a qualificação do educando em função do nível do grupo que integra. Provas padronizadas, qualificações prefixadas, classificações, expressam este tipo de avaliação.”

Uma das críticas atribuída à avaliação normativa, é que os alunos podem alcançar os valores numéricos que necessitam para passar de ano, mas não conseguem, de fato, obter um rendimento satisfatório, pois não cobriu suas

possibilidades de desenvolvimento. Mas de qualquer forma, ela serve claramente para as cobranças de conteúdos.

A avaliação individualizada possibilita que o professor tenha condições de avaliar os alunos de acordo com o seu potencial, uma vez que, este aluno estará realizando suas atividades individuais. “A avaliação assim particularizada, isto é, centrada em cada sujeito que aprende, avalia, sobretudo, o esforço, à vontade de aprender realça as suas atitudes”. (p. 383)

3.2 AVALIAÇÃO NAS ESCOLAS

A crise na educação brasileira é antiga e seus principais motivos são os equívocos das políticas governamentais, a negligência em relação ao ensino fundamental, o descuido quanto à realidade e as suas conseqüências podem assim ser resumidas diante dos estudantes concluírem os oito anos de Ensino Fundamental e o Ensino Médio sem domínio da linguagem materna e da matemática básica.

Os professores hoje são reféns de uma realidade que lhes é amplamente desfavorável, espera-se deles muito mais do que é possível realizar nas condições atuais das escolas.

A formação dos docentes é, muitas vezes, deficiente. Suas remunerações insuficientes obrigando-lhes a trabalhar em mais de um colégio e assim, não conseguindo realizar o seu trabalho com segurança e dinâmicas necessárias para a qualidade de ensino.

Segundo AVELLAR (2006), a progressão continuada elevaria a auto – estima dos alunos, pois estes não seriam mais traumatizados pela repetência e também resolveria o problema maior do governo com as estatísticas educacionais do país, pois precisava urgentemente diminuir o número de crianças que estavam fora da escola. Cabe aqui lembrar que, a repetência provoca a evasão escolar e para o governo este é um problema muito grave, então reduzindo a repetência reduziria de fato os custos para a educação, além disso, exigiria carga horária maior em sala de aula, professores com maior tempo para se dedicar à avaliação e estas sendo mais freqüentes e escolas com estrutura para amparar os alunos com dificuldades de aprendizagem.

Como isso não foi implantada, uma massa de alunos passam pelos primeiros anos da escola sem aprender a escrever direito ou interpretar um texto e a culpa cai sobre o professor, que por sua vez, não teve a oportunidade de refletir sobre a prática avaliativa, pois esta já havia sido implantada pelo governo.

A motivação da aprendizagem continua baseada em mecanismos de premiação e castigos. Isto pode funcionar para algumas crianças que gostam de desafios. Para outras, que entendem que jamais conseguirão alcançar o prêmio, desistem assumindo o seu fracasso, que de fato, não pertence a ele, desta forma, este tipo de motivação não está servindo para os alunos com maiores dificuldades.

Segundo LIBÂNEO (1994), podemos definir avaliação escolar como um componente do processo de ensino, definir, a avaliação escolar como um componente do processo de ensino que visa, através de verificação e qualificação dos resultados obtidos, determinar a correspondência destes com os objetivos propósitos, e, daí orientar a tomada de decisões em relação às atividades didáticas seguintes.

Nos momentos do processo de ensino, são tarefas de avaliação a verificação, a qualificação e a apreciação qualitativa.

- a) Verificação: coletas de dados sobre o aproveitamento dos alunos, através de provas, exercícios e tarefas ou de meios auxiliares, como observação de desempenho, entrevistas etc.
- b) Qualificação: comprovação dos resultados alcançados em relação aos objetivos e, conforme o caso, atribuição de notas ou conceitos.
- c) Apreciação qualitativa: avaliação propriamente dita dos resultados, referindo-os a padrões de desempenho esperados.

4 MATERIAL E MÉTODO

4.1 PERSPECTIVA DO ESTUDO

Para a realização deste artigo foi necessário muita leitura de fontes bibliográficas para a compreensão do que é e para que serve a Avaliação escolar, caracterizando-se então em uma pesquisa bibliográfica documental.

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Visando analisar e interpretar os objetivos desta pesquisa, que visa, a identificação de métodos e técnicas avaliativas que influenciam no processo pedagógico, para que a instituição consiga atingir suas metas no cumprimento das normas propostas pelo sistema educacional brasileiro, propor-se uma análise mais profunda sobre a Avaliação Escolar.

Foram muitas as dificuldades de encontrar referências que falassem sobre o assunto, pois a maioria dos autores defende uma mesma idéia, porém, ficando difícil para conseguir ampliar ainda mais os conhecimentos.

A análise geral em relação à pesquisa, levantou-se vários métodos e recursos utilizados pelos mais variados professores e que conseguem assim atingir os resultados convenientes para a função decorrente do processo avaliativo. A maneira em que cada um dos professores escolhe a referência de avaliação, irá depender da turma e da conscientização do professor em relação ao seu conhecimento e entendimento sobre a questão em aberto.

6 CONCLUSÃO

Verificamos que há uma grande dificuldade dos os professores com relação avaliação dos seus alunos, uma vez que, os alunos estão sendo avaliados o tempo todo e não somente com avaliações escritas ou orais, mas sim em todo o desenvolvimento em sala de aula.

A questão da avaliação do aluno, não deve ser incumbida somente ao professor ou educador das escolas, mas também à instituição tem uma grande parcela de responsabilidade sobre a cobrança de obrigações que o aluno deverá obter durante o ano letivo.

Segundo LIBÂNEO (1994, p. 33), “a escola e os professores estão cumprindo responsabilidades sociais e políticas. Com efeito, ao possibilitar aos alunos o domínio dos conhecimentos culturais e científicos, a educação escolar socializa o saber sistematizado e desenvolve capacidades cognitivas e operativas para a atuação do trabalho e nas lutas sociais pela conquista dos direitos de cidadania.”

Jogar a culpa neste ou aquele educador é sempre muito fácil ou conveniente a qualquer órgão educador. A questão é, seguir o que rege o regulamento da educação ou abrir parâmetro para que as avaliações possam ser alteradas de acordo com o procedimento interno da instituição.

É sem dúvida uma questão ainda sem resposta e o educador, muitas vezes de mãos e pés “atados”, não encontra a melhor solução para o problema, tentando não obstruir as leis legais da educação com a convicção de estar dando o melhor de si para o aluno e para a sociedade.

Segundo a Lei 9.394/96 a avaliação possui um caráter decisório de aprovação ou reprovação do aluno. É o professor quem irá diagnosticar se o aluno tem ou não possibilidades de enfrentar uma série mais avançada.

O mais importante da avaliação escolar para que haja um rendimento favorável no processo de ensino – aprendizagem, é que o professor tem o dever e obrigação de observar diariamente os seus alunos em suas mais variadas atividades. Com este processo, ele, o professor, diagnostica com maior facilidade as dificuldades dos alunos e os seus próprios erros perante a educação que está oferecendo aos mesmos.

Não podemos esquecer que os alunos devem ser avaliados de acordo com o seu cotidiano, com a sua realidade de vida, e assim, o professor terá que ter “olhos clínicos” para não cometer injustiças na prática da avaliação.

Contudo, depois de variadas leituras de diversos autores, pode-se constatar que a avaliação está em constante transformação, procurando atingir seu objetivo maior que é a qualificação do aluno, oferecendo-lhes qualidade de ensino para aprender a relacionar o seu cotidiano com o conteúdo em sala de aula.

A partir de todos os estudos sobre o assunto, verificamos que a avaliação diária dos alunos permite ao professor uma melhor visão do aprendizado da turma em geral e, desta forma poderá suprir com maior facilidade as dificuldades de aprendizagem. Isso não acarretará em incompreensão dos conteúdos ensinados e ainda deixa claro que, o professor e o aluno estão em constante comunicação para conseguirem absorver a maior quantidade de conhecimentos um do outro.

O professor precisa do aluno para ser o mediador dos ensinamentos e o aluno precisa do professor para conseguir aprender o que precisará para a sua vida no futuro. Não esqueçamos que nenhum dos membros do ensino – aprendizagem trabalham individualmente, um precisa do outro. O professor aprende juntamente com o aluno, pois estamos sempre em constante aprendizagem.

Portanto, os objetivos da pesquisa foram alcançados com o comprometimento de escolher e compreender a melhor maneira de avaliar os alunos não somente nas suas avaliações escritas, mas em todos os momentos em que estão em sala de aula. Conseguimos identificar as mais variadas formas de avaliar os alunos que os levem a uma melhoria no seu ensino e também encontramos maneiras avaliativas que não convêm perante nossos dias atuais.

7 REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Targélia de Souza. **Avaliação da educação e da aprendizagem**. Curitiba: IESDE, 2005.

AVELLAR, Giselle Cristina. **Por traz da progressão continuada**. Disponível em: www.centrorefeducacional.pro.br, Arquivo consultado. Acesso: 21 out. 2006.

CERVI, Rejane de Medeiros. **Didática – IESDE**. Curitiba – Paraná. 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação: mito e desafio. Uma perspectiva construtivista**. 33ª Ed. Porto Alegre: Mediação, 2003.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré – escola à universidade**. 21ª Ed. Porto Alegre: Mediação, 1993.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 13 Ed. São Paulo: Cortez, 1994.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 1996.

NIDELCOFF, Maria Teresa. **As ciências Sociais na escola**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PENIN, Sonia. **Repetência escolar: há ganhos? – IESDE**. Curitiba – Paraná. 2001.

PERRENOUD, Philippe. **A construção do êxito e fracasso escolar**. Madrit. Editora Morata, 1990.

PILETTI, Nelson. **Estrutura e funcionamento do ensino fundamental**. 26ª Ed. São Paulo: Ática, 2003.

RIOS, Terezinha Azevedo. **Ética e competência**. 7ª Ed. São Paulo: Cortez, 1999.

RODRIGUES, Neidson. **Da mistificação da escola à escola necessária**. SED – São Paulo: Cortez, 1991.